



A implantação da BNCC na região de Vale do Itajaí: Um olhar dos licenciandos do PROESDE da Universidade Regional de Blumenau

The deployment of Curricular Common Brazilian Base (BNCC) in the Vale do Itajaí zone (SC-Brazil) – an looking of Regional Program of Superior Teaching Development (PROESDE) of the Regional University of Blumenau

Luciane Schulz¹

Resumo: Esse estudo tem por objetivo compreender como está a receptividade dos professores dos municípios da região de Blumenau (SC) em relação à BNCC em seus contextos educativos no ano de 2018. Para tal, esse percurso foi desenvolvido no curso de extensão do Programa de Educação Superior para Desenvolvimento Regional, na Universidade Regional de Blumenau – FURB, com a participação de 45 estudantes de 12 licenciaturas presenciais. Entre as atividades de formação desenvolvidas, os licenciandos participaram das atividades de formação docente das redes Municipais de Blumenau e de Gaspar envolvendo a BNCC e as propostas Municipais. Foram aplicados cem questionários nas Escolas Estaduais e Municipais de Blumenau, Gaspar, Laurentino e Pomerode. Como resultados, os profissionais em sua maioria já haviam tomado conhecimento sobre a BNCC, apontando como desafios maiores ser a possibilidade de Formação Integral do Estudante, necessitando conciliar o novo currículo, a BNCC com a PCSC ou com a proposta do seu Município por meio de formação continuada. Ao integrar licenciandos nas atividades na comunidade acadêmica, a formação assume um papel *para e com* os professores e neste sentido afirmamos a importância de ações sistematizadas entre as redes de ensino e a universidade relacionando pesquisa e extensão.

Palavras-chave: BNCC. Formação inicial. Formação continuada. PROESDE licenciaturas FURB.

Abstract: This work aims to comprehend the receptions by municipal teachers at the Vale to Itajaí region (SC-Brazil) with respect to BNCC in its educative contexts during 2018. For that, it was developed a path in the extension course PROESDE, at FURB, with the assistance of 45 licentiate students of 12 presential courses. Among the training activities developed, the students were participants of the training activities of teachers whom works at public education municipal system of the cities of Blumenau and Gaspar, with respect to BNCC, beyond the respective municipal proposes. Moreover, it was applied one hundred of queries to teachers who works at public education municipal and state system, in that cities and Laurentino and

¹ Dra. em Educação - Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Professora do Departamento de Ciências Naturais e Coordenadora do PROESDE Licenciaturas da Universidade Regional de Blumenau - FURB. luciane.schulz19@gmail.com



Pomerode. It is possible delimitate that the most part of the professionals already get insights about the BNCC, appointing as higher challenges the Integral Education of the Students, which requires accommodate the new curriculum grade, BNCC and PCSC, associate with the respective municipal proposes and the teaching continuing formation. With the integration of licentiate students the formation process assumes a role “to and with” the teachers, which reinforce the importance of systematics actions among the public education system with the university, aggregating research and extension. radução do resumo em Língua Inglesa, com mesma formatação. Deixar duas linhas entre as palavras-chave e o abstract.

Keywords: BNCC, Licentiate Formation, Continuing Formation, PROESDE.

1 Palavras iniciais: o contexto

Os cursos de extensão realizados pelo Programa de Educação Superior para Desenvolvimento Regional - PROESDE são destinados à estudantes bolsistas da graduação, nesse caso, das licenciaturas de Santa Catarina. No seu contexto geral, o curso é composto por atividades acadêmicas de pesquisa e extensão que visam complementar e ampliar os conhecimentos sobre temas relativos ao campo de estudo ou área de atuação das licenciaturas. No ano de 2018, com enfoque em estudos acerca da Base Nacional Comum Curricular- BNCC, da Educação Infantil e Ensino Fundamental, homologadas pelo Ministério da Educação no dia 20 de dezembro de 2017, e com a Proposta Curricular de Santa Catarina - PCSC, buscou compreender de como os municípios catarinenses vem discutindo o documento acima referenciado.

Mais especificamente, na Universidade Regional de Blumenau – FURB, o curso voltou-se para compreender as aproximações e distanciamentos entre as duas propostas curriculares, a Nacional e a Estadual, bem como os percursos realizados por redes municipais de ensino. Por fim, como alguns professores compreendem esse documento e suas relações com seus contextos educacionais.

Ainda na relação com os professores nos cursos e encontros sobre a BNCC levantamos o seguinte questionamento coletivo que norteia este artigo: como está a receptividade dos professores com relação a Proposta da BNCC em seus contextos educativos?

Apresentamos nesse artigo o resultado geral dos dados gerados com 109 professores em quatro municípios nos quais os acadêmicos vinculados ao PROESDE



– Licenciaturas - FURB residem.

Temos como objetivo geral desse artigo compreender como está a receptividade desses professores em relação à BNCC em seus contextos educativos.

2. Referenciais teóricos

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é um documento que oferecerá os parâmetros para o currículo da Educação Básica Brasileira, seja na educação infantil, nos anos iniciais ou nos anos finais. É um documento de caráter normativo que define o conjunto das aprendizagens essenciais que todos os alunos da Educação Básica devem desenvolver. Este documento se propõe a unificar os objetos de ensino e as competências a serem adquiridas pelas crianças e adolescentes em percurso escolar. Observamos em nossos estudos que a estrutura atual da BNCC pouco considera o sujeito histórico, cultural e de direitos que são antes mesmo de entrarem no berçário, ainda na Educação Infantil.

Prevista na Constituição de 1988, na LDB de 1996 (Brasil, 1996) e no Plano Nacional de Educação de 2014 (BRASIL, 2014), a BNCC foi preparada por especialistas de cada área do conhecimento, com a participação crítica e propositiva de profissionais de ensino e da sociedade civil. Em abril de 2017, considerando as versões anteriores do documento, o Ministério da Educação (MEC) concluiu a sistematização e encaminhou a terceira e última versão ao Conselho Nacional de Educação (CNE). A BNCC pôde então receber novas sugestões para seu aprimoramento, por meio das audiências públicas realizadas nas cinco regiões do País, com participação ampla da sociedade.

A primeira versão do documento foi disponibilizada para consulta pública entre o mês de outubro de 2015 e março de 2016, foi elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) com apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e 35 universidades.

Segundo o documento, seus pressupostos educativos se fundamentam nas diretrizes nacionais para a educação básica e para o ensino de nove anos (BRASIL,



2010a; 2010b), em atendimento ao que já se encontrava previsto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, e em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 2014-2024. Estes documentos legais indicam a necessidade de uma base curricular norteadora da educação básica brasileira em nível nacional, respeitando-se a manutenção de uma parte diversificada do currículo.

A estrutura desta primeira versão parte da premissa de que é preciso definir componentes curriculares básicos, para todas as áreas, a partir da afirmação dos chamados direitos de aprendizagem, considerados relevantes para todos os estudantes brasileiros. Estes direitos possibilitariam definir os chamados objetivos de aprendizagem, que são “conhecimentos fundamentais aos quais todo/toda estudante brasileiro deve ter acesso para que seus Direitos de Aprendizagem e do Desenvolvimento sejam assegurados” (BRASIL, 2015, p. 13).

A segunda versão da BNCC, publicada em março de 2016, em meio ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, após um período de seis meses de debate e reelaboração, evidencia outra proposta, na qual podemos identificar uma multiplicidade de vozes que puderam argumentar a favor de seus princípios e que exigiram a consideração de conquistas que já constavam em outras regulamentações curriculares no país. Publicada em maio de 2016, passou por Consulta pública de junho a agosto de 2016, por meio de 27 seminários, organizados pela CONSED E UNDIME. O resultado foi encaminhado ao MEC por meio de um relatório. Sendo assim, a segunda versão da BNCC se apresenta como um documento curricular com modificações significativas, em diversos aspectos, entre os quais destacamos: uma definição em relação aos seus princípios pedagógicos; a consideração das peculiaridades das etapas da educação básica e de seus sujeitos; a incorporação das modalidades da educação básica e de suas temáticas sociais.

O documento da terceira versão, publicado em abril de 2017, diferentemente da versão anterior, é bastante sucinto e descritivo. Com o intuito de constituir uma versão final para consulta, é apresentada de maneira direta seus propósitos e princípios pedagógicos. A 3ª versão, em abril de 2017, foi entregue ao CNE, pelo



Comitê Gestor, para parecer. Nesta versão o Ensino Médio já não foi contemplado em virtude da MP 746/2016 – publicada em setembro de 2016. O CNE, de junho a setembro de 2017, por meio da Comissão Bicameral, realizou 05 audiências públicas e emitiu parecer, em outubro de 2017. A BNCC para a Ed. Infantil e Ens. Fundamental foi homologada pelo MEC no dia 20/12/2017.

A introdução recupera a justificativa legal da BNCC, citando documentos e resoluções curriculares em vigor, o que já se fazia presente nas versões anteriores. Em seguida, explicita e justifica a adoção das competências a partir de dois grandes argumentos: o fato de que esta escolha se faz presente em inúmeros documentos curriculares de estados e municípios brasileiros e ainda que este é o enfoque adotado pelas avaliações internacionais que, por sua vez, seguem os princípios da OCDE, que coordena o PISA e a UNESCO.

Já na versão final, bastante diferente da segunda, nota-se a afirmação das competências, acompanhada por uma mudança significativa de linguagem, dos objetivos de aprendizagem para as habilidades, numa perspectiva curricular bastante pragmática, na qual tudo que é estudado (os objetos de conhecimento) deve ser apresentado como resultado por meio de uma ação (as habilidades).

Segundo a LDB, no artigo 12, “os estabelecimentos de ensino deverão elaborar e executar” em articulação com as suas comunidades escolares, as suas próprias propostas pedagógicas (BRASIL, 1996).

Com isso, se a escola deve organizar, de forma autônoma, seu próprio projeto, isso implica que os profissionais envolvidos devem conhecer muito bem a realidade e, a partir dela, estabelecer as diretrizes de trabalho, seguindo um projeto que seja ao mesmo tempo político e pedagógico. Para Nóvoa, o ensino deve ser concebido como uma atividade crítica e o professor como um profissional autônomo que investiga e reflete sua prática docente.

Os professores devem combater a dispersão e valorizar o seu próprio conhecimento profissional docente, construído a partir de uma reflexão sobre a prática e de uma teorização da experiência. É no coração da profissão, no ensino e no trabalho escolar, que devemos centrar o



nosso esforço de renovação da formação de professores e do trabalho pedagógico. (NÓVOA, 2012, p. 13).

Nessa perspectiva, o professor assume um papel ativo de formação, autoformação e autorreflexão contínua, combinando atributos teóricos, pedagógicos e técnicos, evidenciando-se a inseparabilidade que existe entre as dimensões pessoal e profissional, defendidas por Nóvoa:

Trata-se de construir um conhecimento pessoal (um auto-conhecimento) no interior do conhecimento profissional e de captar o sentido de uma profissão que não cabe apenas numa matriz técnica ou científica. Toca-se aqui em qualquer coisa de indefinível, mas que está no cerne da identidade profissional docente. (NÓVOA, 2009, p.

Mas ao se tratar da autonomia da escola e do professor enquanto agente de construção reflexiva do projeto político pedagógico, observamos muitos desafios e discussões, na medida em que as escolas fazem parte de sistemas de ensino que são regidos por normas padronizadas.

Vale ressaltar que a BNCC define as competências e as habilidades essenciais que devem ser garantidas e há enorme esforço por parte do governo e no próprio documento em reafirmar de que não se trata do currículo. Para tal, é fundamental que Estados e Municípios elaborem currículos e propostas pedagógicas que, considerando as realidades locais possam assegurar a todos os estudantes as aprendizagens previamente delimitadas na base.

Diante do exposto, enquanto percurso histórico, percebemos a relevância de observarmos como os professores das mais diversas redes de ensino percebem e compreendem este documento e suas implicações para um processo de diálogo com criticidade para sua implantação.

3 Percurso metodológico

No curso de extensão PROESDE – Licenciaturas FURB, em 2018, contamos com 45 estudantes licenciandos e 01 acadêmico ouvinte acadêmicos matriculados, das mais diversas licenciaturas presenciais da FURB. Dos cursos que atendemos no



PROESDE – Licenciatura, 03 acadêmicos são do curso de Dança; 09 de Educação Física; 07 de Artes Visuais; 11 de Biologia; 06 de Pedagogia; 04 de Ciências Sociais; 03 de História 01 de Música: 01 de Teatro e 01 de Matemática.

Sistematizamos nesse ano um conjunto de atividades presenciais, com encontros que permearam as temáticas relacionadas a BNCC e a PCSC; ainda os acadêmicos participaram de acordo com suas disponibilidades de atividades em outras universidades e na própria FURB que envolvessem discussões sobre as propostas e sobre políticas públicas em educação; foram mobilizados a participarem das atividades da Secretaria Municipal de Blumenau e de Gaspar envolvendo a BNCC e as propostas Municipais. Desses percursos diversas questões problemas foram levantadas de acordo com a vivência específica de cada grupo de estudante e de suas áreas de conhecimento. Foram realizados relatos autobiográficos advindos dos encontros presenciais que compuseram um diário virtual reflexivo. Ainda como produto do percurso final um artigo advindo da problemática levantada em pequenos grupos por áreas de conhecimento.

Dessa maneira, ao longo dos encontros foram desenvolvidos estudos e atividades tais como: (i) apresentação da BNCC, seu histórico, características, objetivos para os licenciandos da Universidade Regional de Blumenau; (ii) a BNCC e a interdisciplinaridade por meio da Educação Ambiental e da Arte Contemporânea; (iii) Políticas Curriculares e os Fluxos da BNCC; (iv) acompanhamento das discussões sobre os encaminhamentos referentes à BNCC dos municípios de Blumenau, Gaspar e Indaial e a Proposta Curricular de Santa Catarina; (v) discussões da BNCC e da Proposta Curricular de Santa Catarina com suas aproximações e distanciamentos em várias áreas de conhecimento tais como Língua Inglesa, Corpo e Movimento, Ciências Naturais, Língua Portuguesa, Artes, Matemática, Sociologia; (vi) aplicação de 109 questionários formulados pela Secretaria Estadual de Educação – PROESDE, durante o segundo semestre de 2018, nas Escolas Estaduais e Municipais de Blumenau, Gaspar, Laurentino e Pomerode.

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa. Diante da geração de geração



de dados, essas informações foram analisadas e tratadas quantitativamente por meio de gráficos e qualitativamente por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011). Os dados foram gerados por diversas mãos, nesse sentido, buscamos aqui sistematizar o que foi elaborado por diversos acadêmicos e com dados que por vezes foram gerados diferentemente, apesar de terem instrumentos padrões.

4 Resultados e discussões

Atendendo nossa problemática “Como está a receptividade dos professores com relação a Proposta da BNCC em seus contextos educativos?”, após a aplicação dos questionários, foram gerados gráficos que são apresentados na sequência, de acordo com o questionário formulado pelo SED/PROESDE.

Foram 109 questionários aplicados durante o segundo semestre de 2018, nas Escolas Estaduais e Municipais de Blumenau, Gaspar, Laurentino e Pomerode, prevalecendo escolas municipais em função de um maior acompanhamento por nossos licenciandos, das discussões sobre os encaminhamentos referentes à BNCC e da Proposta Curricular de Santa Catarina como observado no gráfico1.

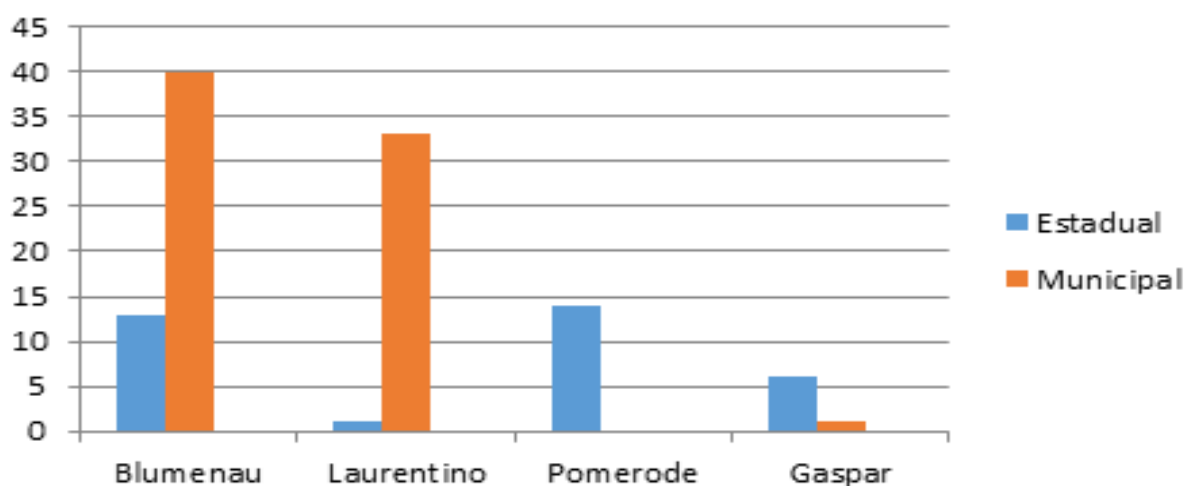


Gráfico 1 - Rede de Atuação (% por cidade). Fonte: dados da pesquisa

Com relação a atuação dos profissionais entrevistados, prevalece na Educação Infantil e no Ensino Médio, seguindo das séries iniciais e finais do Ensino Fundamental (Gráfico 2).

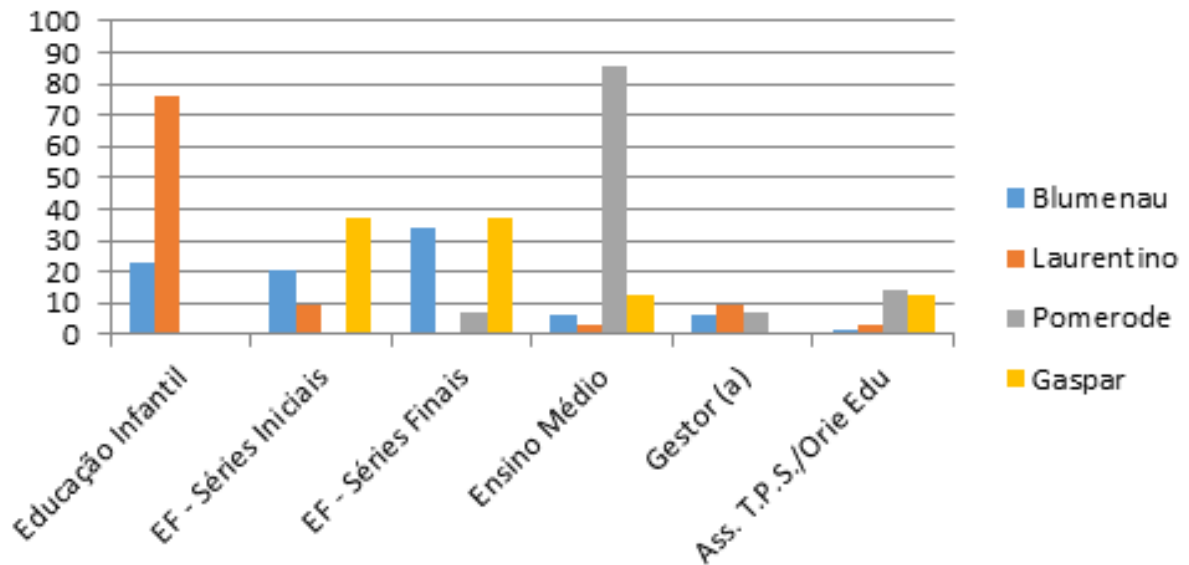


Gráfico 2 - Atuação (% por cidade). Fonte: dados da pesquisa

Ao serem questionados se haviam tomado conhecimento sobre a BNCC e seu material, em torno de 70% afirmaram que sim, seguido de 28% que responderam que foi um contato superficial e 2% que não haviam tido contato, como pode ser observado no gráfico 3.

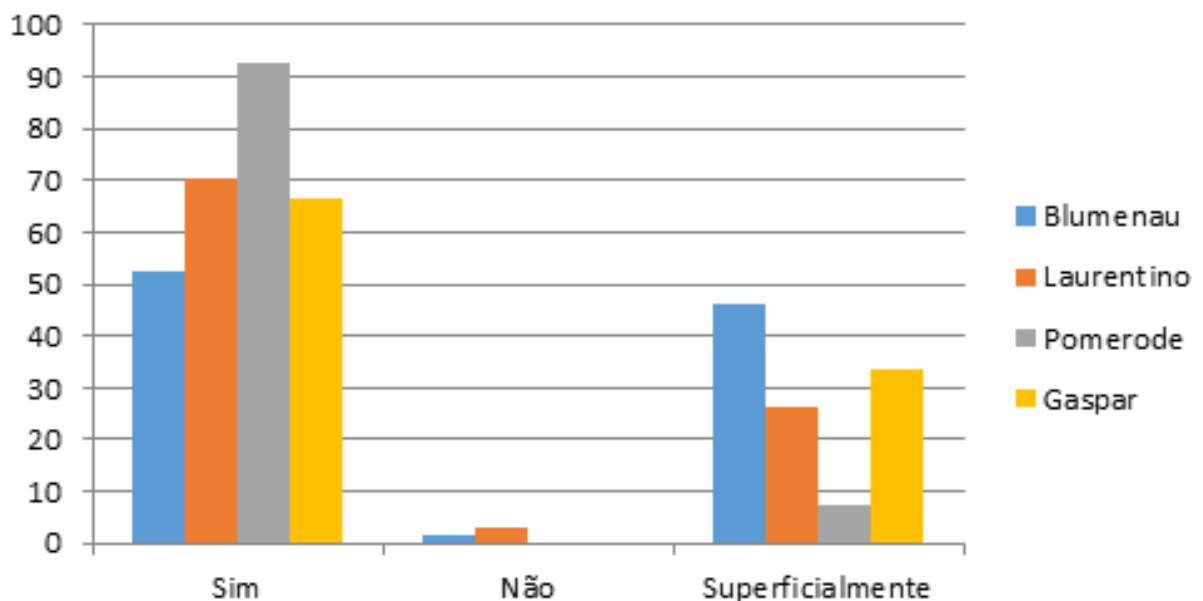


Gráfico 3 - Contato com o material da BNCC (% por cidade). Fonte: dados da pesquisa



Com relação à forma pela qual os profissionais tomaram conhecimento do material contido na BNCC, a maioria aponta que se deu por meio de palestras (31%) seguido de acesso às informações da internet (25%), o Dia D (20%), curso presencial (15%) e seminários (7%), conforme gráfico 4. Percebemos nesses dados que são diversas as fontes, ainda que a informação direcionada em palestras e outras somam o maior número de professores. Por conseguinte, destacamos a necessidade da formação continuada para os profissionais, momentos específicos para a discussão e reflexão dos objetos de estudo a serem aprofundados, no caso a BNCC.

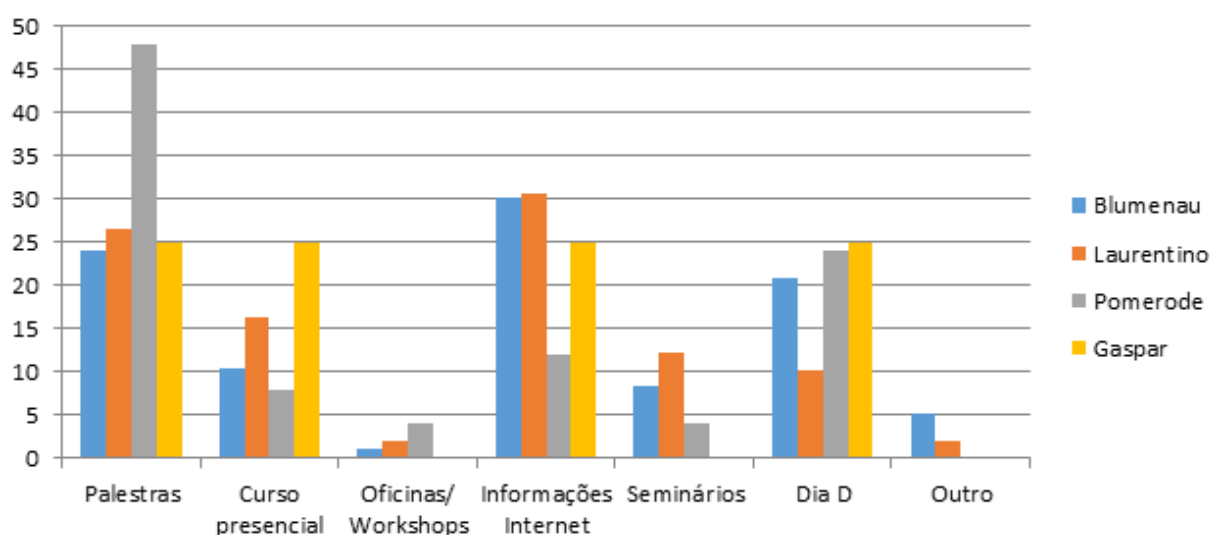


Gráfico 4 - Formação sobre a BNCC? (% por cidade). Fonte: dados da pesquisa

Referente aos maiores desafios a serem enfrentados pelos profissionais entrevistados para a implantação do novo currículo com base na BNCC, 25% apontaram que seria possibilitar a Formação Integral do Estudante, 14% indicaram ser as Competências e Habilidades assim como do Material Didático, 13% que seria a Transposição Didática do atual Currículo para o novo, 11% disseram ser o Tempo Escolar assim como a preparação pedagógica do profissional para tal transição (Gráfico 5). Esse dado é muito interessante considerando o cotidiano escolar e a intencionalidade de formação integral que é diferente de tempo integral na escola, que se relaciona ao indicador do tempo escolar. Compreendemos que na realidade atual,



ambas são desafios para nossos contextos educativos. Os municípios tem realidades bem diferentes, o que é possível observar nos dados. O município de Gaspar vem nesse ano de 2018 realizando encontros sistematizados com todos os professores para discutir a BNCC.

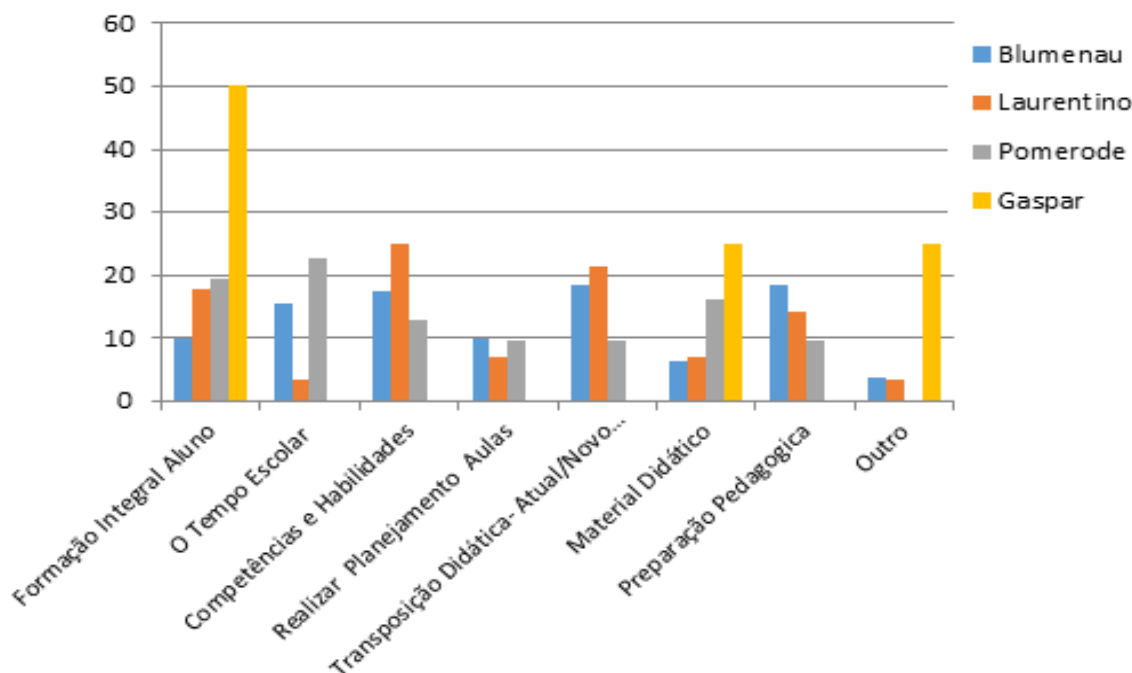


Gráfico 5 - Maiores desafios para a implantação do novo currículo - BNCC (% por cidade).
Fonte: dados da pesquisa

Quando questionados sobre como poderiam conciliar o novo currículo com a PCSC ou com a proposta do seu Município, a maioria destacou que esse processo deve ser gradativo e constante (49%), mas que para tal, há necessidade de horas destinadas para estudos de aprofundamento (31%), sendo feito de forma coletiva, trabalho de equipe (10%), respeitando as particularidades da instituição e a regionalidade, assim como o foco no desenvolvimento integral do estudante (6%).

Esses resultados, vem ao encontro do artigo 12, a LDB 9394/96, quando aponta que os estabelecimentos de ensino deverão elaborar e executar em articulação com as suas comunidades escolares, as suas próprias propostas pedagógicas (Brasil, 1996). Da mesma forma a PCSC indica que



as propostas pedagógicas das escolas, organizadas na perspectiva da Educação Integral, devem considerar a possibilidade concreta de ultrapassar as fronteiras do conhecimento e dos saberes. Assim, tomando-se por base essa concepção, é importante que as redes de ensino pautem seus projetos em alguns arranjos/movimentos curriculares mais integradores, e entre eles a democratização da gestão dos processos educativos pela valorização e fortalecimento do trabalho coletivo. (SANTA CATARINA, 2014, p. 27).

Como podemos perceber, há convergência entre o que normatiza a LDB e o entendimento de uma considerável amostragem dos profissionais entrevistados, ao apontarem que para conciliar o novo currículo com a PCSC ou do seu Município são necessárias adaptações gradativas. Ou seja, a escola deve organizar, de forma autônoma, seu próprio projeto, implicando nos profissionais envolvidos o conhecimento da sua realidade e, a partir dela, o estabelecimento das diretrizes de trabalho, seguindo um projeto que seja ao mesmo tempo político e pedagógico. Mas para tal, ainda em consonância com os profissionais entrevistados, há a necessidade organização de tempo para reuniões de estudos e aprofundamento do documento, assim como o respeito as particularidades e da regionalidade de cada instituição, como indicados no gráfico 6.

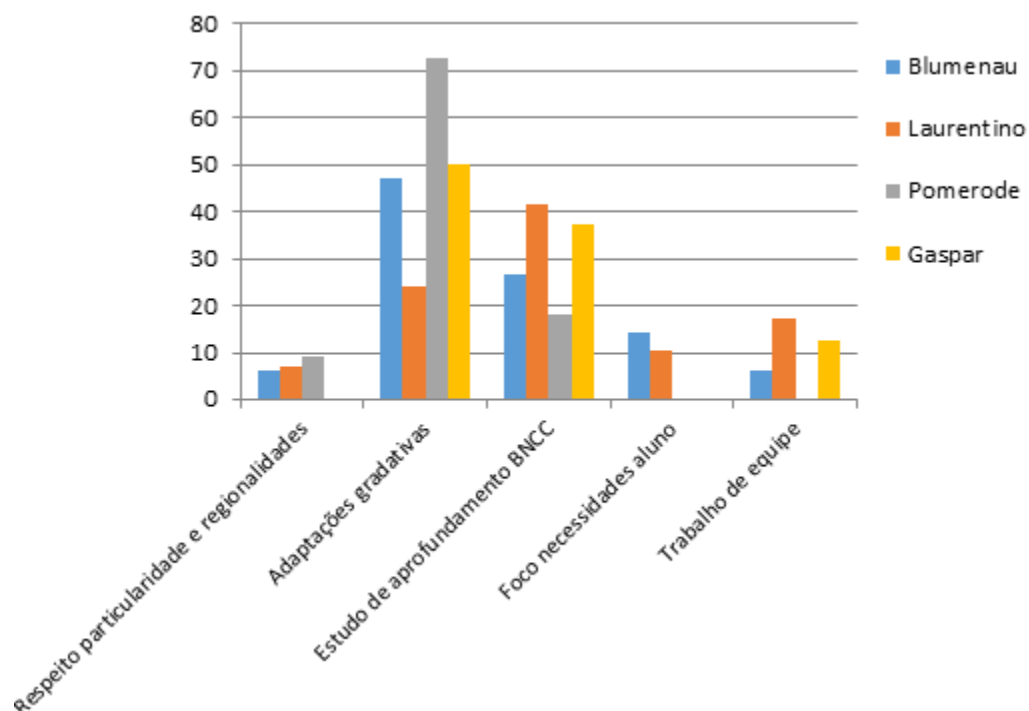




Gráfico 6 - Conciliar o novo currículo com a PCSC ou do Município (% por cidade)
Fonte: dados da pesquisa

Com relação às ações de formação continuada promovidas na escola pela equipe gestora para os profissionais entrevistados, tendo como objeto de estudo a BNCC, 67% apontaram que sim, está ocorrendo, 21% responderam que a equipe de profissionais está discutindo sobre a necessidade e 12% indicaram que ainda não está havendo como pode ser observado no gráfico 7.

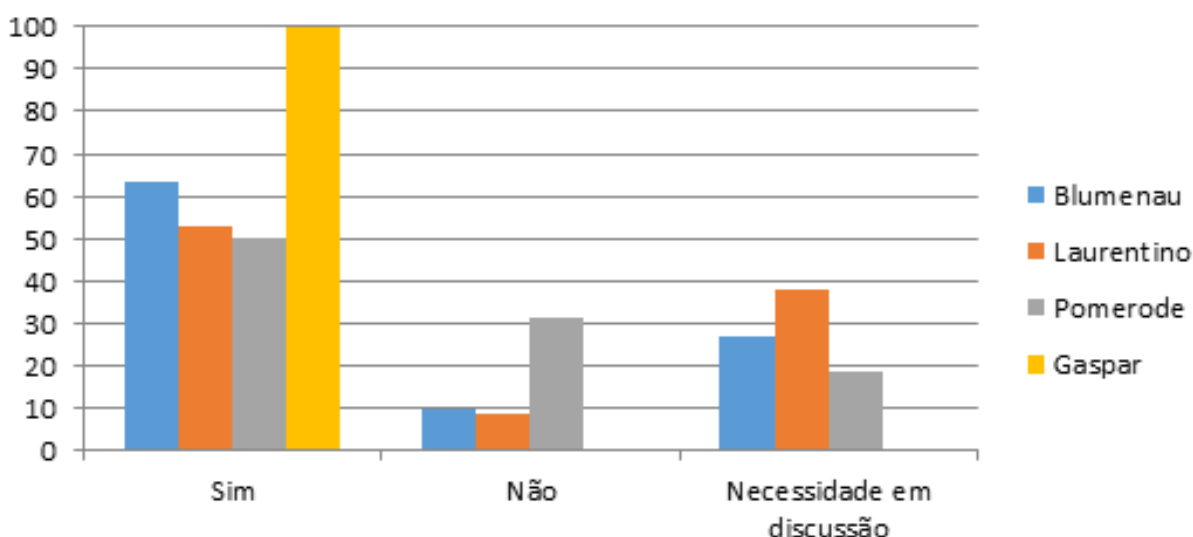


Gráfico 7 - Promoção de ações para a formação continuada dos professores na escola a partir da BNCC (% por cidade). Fonte: dados da pesquisa

No último questionamento foi solicitado aos profissionais que dessem sugestões de ações para as formações continuadas tendo como objeto de estudo a implementação da BNCC. Entre os resultados temos: 40% apontaram para a necessidade de formação de grupos de estudo com tempo previsto para tal, coadunando com Nóvoa (2013, p. 205), sobre o percurso de formação, no qual “é importante também que os professores experientes assumam certa responsabilidade e se percebam como co-formadores de futuros professores ou professores iniciantes”, ou seja, por uma formação de professores a partir de dentro. Outros 38% indicaram



que era preciso a implementação de cursos e palestras com embasamento teórico, apontando assim o viés epistemológico da formação; 22% ressaltaram a importância de oficinas, seminários para a discussão e troca de experiências, denotando-se assim o viés metodológico da formação (Gráfico 8).

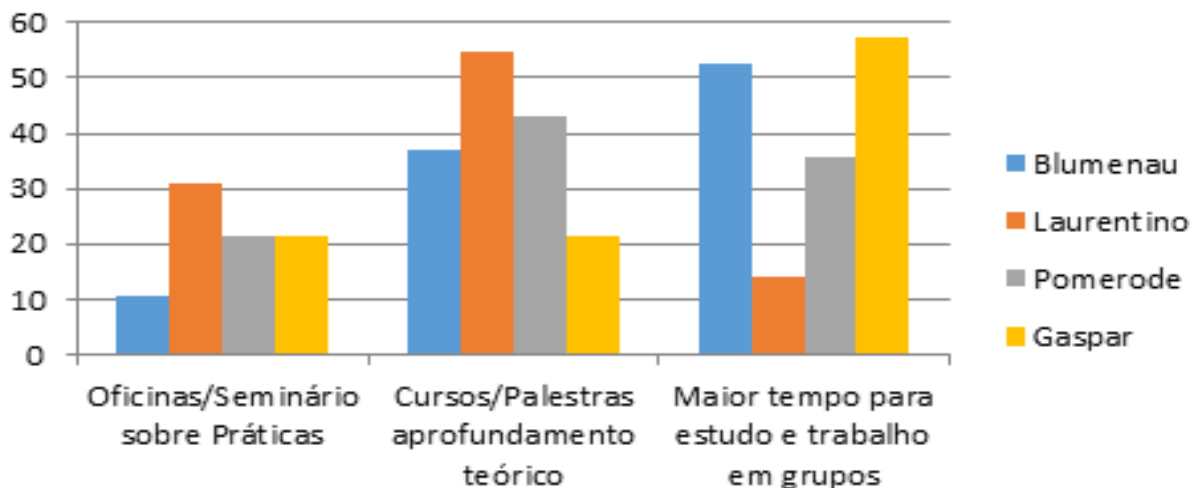


Gráfico 8 - Sugestões de ações para formação continuada em relação à BNCC (% por cidade). Fonte: dados da pesquisa

Esses resultados vem ao encontro ao que acreditamos como característica primordial do percurso formativo dos profissionais da educação, ou seja, a capacidade reflexiva em grupo, fazendo a formação assumir um papel, por um lado que supere as atualizações científicas, pedagógicas e didáticas, nas perspectivas tecnicistas de um grupo de formadores especialistas *para* os professores. Por outro, que propicie uma formação com criação de espaços de participação e reflexão coletiva dessas dimensões, envolvendo formadores *com* professores. Ou seja, o desenvolvimento da perspectiva profissional do profissional da educação, pois “é natural que os momentos–fortes de produção de um discurso científico em educação sejam, também, momentos–fortes de afirmação profissional dos professores” (NÓVOA, 1999, p. 6).

Considerações desse processo

O curso PROESDE – Licenciatura FURB nesse ano de 2018 fez um percurso bastante interessante, buscando integrar os acadêmicos nas atividades na



comunidade acadêmica que discutiram a BNCC e propostas curriculares na própria universidade e em outras. Provocamos os acadêmicos a acompanharem em especial os percursos das redes dos municípios de Gaspar e de Blumenau. A Secretaria Municipal de Gaspar realizou diversos encontros durante o ano e alguns acadêmicos conseguiram acompanhar esse percurso, participar dos debates e oficinas e com isso realizar registros importantes. A Rede Municipal de ensino de Blumenau abriu-nos a possibilidade para o acompanhamento com os professores durante uma semana e meia em todas as áreas de conhecimento, no qual discutiram com os professores da rede os conteúdos propostos pela BNCC para serem encaminhados à discussão nacional. Essas experiências foram singulares e corroboram o que percebemos nos questionários. Apesar de não termos participado in loco dos encontros com os professores do município de Indaial, a Secretaria veio em nosso seminário e apresentou-nos com detalhes seu percurso e como vem realizando as atividades de diálogo a partir da BNCC e aproximações com sua proposta curricular. Esta rede vem desenvolvendo uma proposta de cadernos metodológicos para esse fim.

Os questionários, apesar de terem sido aplicados na última etapa do curso, possibilitou aos acadêmicos o encontro presencial com professores. Primeiramente essa experiência de conversa e encontro sistematizado para pesquisa já é enriquecedora. Ainda, trouxe-nos dados que se relacionam com o que percebemos durante o curso: que a BNCC foi um documento inicialmente amplamente discutido e que poucos a reconheceram na versão final; que em meio às discussões ainda existem professores que pouco conhecem da BNCC e sua relação com outras propostas curriculares seja estadual ou municipal; a relevância de formação continuada e em serviço para os professores que já atuam, bem como para nossos estudantes licenciandos, a preocupação dos professores com o tempo integral e a educação integral no contexto escolar e no documento curricular, que estes processos devem ser gradativos e requer muito, muito estudo e formação. Neste sentido afirmamos a importância de ações sistematizadas entre as redes de ensino e a



universidade relacionando pesquisa e extensão, pois nesse percurso ambos saíram reafirmam seus papéis e parcerias nesse processo.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. LDB – **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em: nov. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução no. 4, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. 2010a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução no. 7, de 14 de dezembro de 2010. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. 2010b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década**. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase): Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: set. 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518.pdf Acesso em: out. 2019.

NÓVOA, Antônio. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Revista Educação e Pesquisa**, 1999, v.25, n.1, p.11-20, São Paulo.

NÓVOA, Antônio. **Professores Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

NÓVOA, Antônio. Pensar alunos, professores, escolas, políticas. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, 2012, v. 2, n. 2, p. 07-17. In <https://goo.gl/egh61u> (acesso em 19/09/2019).



COLBEDUCA

Colóquio Luso-Brasileiro de Educação



NÓVOA, Antônio. Nada substitui um bom professor: propostas para uma revolução no campo da formação de professores. In: Gatti *et al.* **Por uma política nacional de formação de professores**. 1 ed., São Paulo: editora Unesp, 2013, 199-210.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Secretaria de Estado da Educação- SED, 2014. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/graduacao/proesde/curso-de-extensao/midiateca/proposta-curricular-de-santa-catarina/359-2014-proposta-curricular-de-santa-catarina-formacao-integral-na-educacao-basica/file> Acesso em: nov. 2018.